URBANIZAÇÃO, RISCOS E A ATUAÇÃO DAS COMPANHIAS DE SEGUROS E RESSEGUROS[1]

Leandro Trevisan[2]

RESUMO

A evolução da técnica e o fenômeno da urbanização proporcionaram uma acelerada transformação do território em escala global. À medida que as dinâmicas sociais e espaciais se tornaram mais complexas e os riscos e incertezas mais presentes no cotidiano, as companhias de seguros e resseguros ganharam destaque, aumentando sua presença em todos os níveis da sociedade. Assim, na atualidade, a atividade seguradora ganha cada vez mais notoriedade, abarcando desde os microsseguros até os seguros/resseguros de grandes objetos técnicos.

Palavras-chave: Seguros, Resseguros, Tecnoesfera, Urbanização, Usos do Território.

URBANIZATION, RISKS AND THE ACTIONS OF INSURANCE AND REINSURANCE COMPANIES

ABSTRACT

Technical evolution and the phenomenon of urbanization have brought about an accelerated transformation of the territory on a global scale. As the social and spatial dynamics have become more complex, and the risks and uncertainties more present in daily life, insurance and reinsurance companies have gained prominence, increasing their presence at all levels of society. Thus, currently, insurance activities have become more and more discernable, ranging from microinsurance to the insurance/reinsurance of large technical objects.

Keywords: Insurance, Reinsurance, Technosphere, Urbanization, Uses of the Territory.

Introdução

O crescente desenvolvimento e a consequente apropriação da técnica pelo homem (ainda que de forma seletiva), proporcionou a este a possibilidade de transformar o território conforme suas necessidades.

Neste contexto, a Revolução Industrial não apenas intensificou este processo, como também pode ser entendida como o início do fenômeno da urbanização em escala planetária (como veremos adiante).

[1] O autor agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e à Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA pelo apoio concedido à pesquisa.

[2] Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Atualmente é Professor do Curso de Geografia da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA. E-mail: leandro.trevisan@unila.edu.br .

Vale destacar que, a partir deste momento, transformações de toda ordem (sociais, políticas, econômicas etc.) passam a ocorrer num ritmo cada vez mais veloz, repercutindo em uma sociedade cada vez mais complexa e cheia de riscos, demandando o suporte da atividade seguradora/resseguradora em diversas questões.

Tomando como base a regulamentação da SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, os seguros encontram-se, hoje, divididos por grupos e ramos; considerando os grupos de seguros temos: patrimonial; responsabilidades; automóvel; transportes; riscos financeiros; pessoas coletivo; habitacional; rural; pessoas individual; marítimos; aeronáuticos; microsseguros; petróleo; nucleares; saúde; aceitações do exterior; sucursais no exterior.

Isto posto, buscaremos, no presente ensaio, efetuar uma discussão dos estágios de evolução da técnica e do desenvolvimento do processo de urbanização para, posteriormente, tecer algumas considerações a respeito da atividade seguradora/resseguradora na atualidade.

O Desenvolvimento da Técnica e a Reorganização do Território

A análise da evolução das técnicas é condição fundamental para o entendimento da escala de ação dos homens e, consequentemente, dos processos de formação dos territórios.

Num primeiro momento, a natureza se impunha; as possibilidades que os homens tinham para modificá-la eram extremamente limitadas. Como aponta Santos (2002, p.235),

> quando tudo era meio natural, o homem escolhia da natureza aquelas suas partes ou aspectos considerados fundamentais ao exercício da vida, valorizando, diferentemente, segundo os lugares e as culturas, essas condições naturais que constituíam a base material da existência do grupo.

Esse meio natural, contudo, já sofria a marca do homem e do uso da técnica; conforme Friedmann (1968, p.157), “o meio natural é, desde as origens da pré-história, um meio relativamente técnico [...]”.

Para exemplificar esta questão, recorremos a Benevolo (2011); este autor aponta que, enquanto no paleolítico “o ambiente construído não passava de uma modificação superficial do ambiente natural” (p.13), no neolítico, “o ambiente das sociedades [...] não é apenas um abrigo na natureza, mas um fragmento de natureza transformado segundo um projeto humano” (p.16).

Conforme Ortega y Gasset (1982, p.24-28),

> Se, por falta de incêndio ou de caverna, não pode exercitar a atividade ou se aquecer, ou por falta de frutos, raízes, animais, se alimentar, o homem põe em movimento uma segunda linha de atividades: faz fogo, faz um edifício, faz agricultura ou caça. [...]. De onde resulta que estes atos modificam ou reformam a circunstância ou a natureza, conseguindo que nela tenha o que não há [...]. Pois

> bem; estes são os atos técnicos, específicos do homem. O conjunto deles é a técnica, que podemos, desde já, definir como a reforma que o homem impõe à natureza em vista da satisfação de suas necessidades. [tradução livre].

Os anos 1700 (d.C.) se constituíram em um ponto de inflexão na história; neste século, o desenvolvimento de novos aparatos técnicos incorreu na chamada Revolução Industrial (emerge neste momento o meio técnico). O aperfeiçoamento das técnicas e o desenvolvimento da indústria têm como consequências profundas mudanças de ordem econômica, política e social; em outras palavras, podemos dizer que estas novas variáveis trouxeram implicações diretas na organização e uso dos territórios, primeiramente na Inglaterra e mais tarde em todo o planeta (BENEVOLO, 2011). Assim,

> as áreas, os espaços, as regiões, os países passam a se distinguir em função da extensão e da densidade da substituição, neles, dos objetos naturais e dos objetos culturais, por objetos técnicos (SANTOS, 2002, p.236).

Neste contexto, Friedmann (1968, p.158) aponta que "[...] os motores a energia natural – força animal, vento, água – se substituem pouco a pouco, depois num ritmo acelerado, pelos motores a energia térmica, elétrica, e tão logo atômica".

Ao discutir a reação de defesa dos indivíduos (mas podemos aplicar esta reflexão a outros aspectos da vida), Friedmann (ibid., p.41) aponta que "[...] a parte do homem, a parte da força muscular (se bem que continue a contar) diminui em comparação com aquela de habilidade técnica em utilizar uma arma". Ainda conforme Friedmann (ibid., p. 50), as transformações técnicas possibilitaram uma nova "percepção da velocidade", alterando as relações espaço-tempo.

Benevolo (2011, p.615-616), analisando as transformações pelas quais passaram as cidades ao longo da história, aponta que

> a invenção do dínamo (1869) permite usar a eletricidade como força motriz, e torna possível infinitas aplicações: o telefone (1876), a lâmpada elétrica (1879), o elevador (1887). A invenção do motor a explosão (1885) permite usar o petróleo para mover os navios, os automóveis e, mais tarde, os aviões.

Nos anos 1950 (e mais intensamente a partir da década de 1970), emerge o meio técnico-científico-informacional; este período, segundo Santos (2002), se distingue dos anteriores pela profunda interação entre a ciência e a técnica, estando estas submetidas (em larga escala) aos interesses do grande capital.

Assim, pudemos observar nas últimas décadas profundas mudanças na divisão internacional do trabalho, a emergência de um novo paradigma produtivo (mais flexível), a conformação de áreas

de especialização produtiva e a ampliação dos circuitos produtivos (as diversas etapas pelas quais passa a produção) e dos círculos de cooperação no espaço (transferência de ordens, capitais, informações), entre outros desdobramentos.

Esse momento da história humana é revelador também da importância que adquire a variável informação; assim, estamos falando de um meio técnico, científico e informacional. “A informação é o vetor fundamental do processo social e os territórios são, desse modo, equipados para facilitar sua circulação” (SANTOS, 2002, p.239).

No que se refere ao território brasileiro, a emergência do meio técnico-científico-informacional, como não poderia deixar de ser, trouxe profundas transformações. O pós 2ª Guerra Mundial imprime um processo acelerado de modernização (ainda que seletiva) do território nacional, que se intensificaria nos anos 1960, sendo a integração do território por meio da modernização dos sistemas de transporte e comunicação, uma marca deste período.

Alguns Aspectos do Fenômeno da Urbanização

Embora a gênese das primeiras aglomerações humanas e, por assim dizer, das cidades, remonte à antiguidade, é a partir da Revolução Industrial (séc. XVIII) que podemos falar da urbanização enquanto um fenômeno, embora seja preciso ter clareza que o processo de urbanização não ocorreu da mesma forma e com o mesmo ritmo em todos os lugares, o que também significa dizer que este processo não tem origem unicamente na indústria.

> Nos países subdesenvolvidos não se tem produzido a passagem de população do setor primário ao secundário e, posteriormente, ao terciário, como tem acontecido nos países industriais. Nos países subdesenvolvidos, a urbanização reveste outra natureza; é uma urbanização terciária, e somente depois, salvo algumas exceções, a grande cidade promove a criação de indústrias (SANTOS, 1973, p.33) [tradução livre].

De acordo com Santos (ibid., p.25), “se se considera a evolução da população mundial que vive em cidades, se comprova que seu crescimento é concomitante com a Revolução Industrial”. Assim, aponta o autor que,

> enquanto em 1800 a população urbana representava somente 1,7% da população mundial, em 1950 esta porcentagem havia subido para 21% e em 1960, 25%. O processo de urbanização é, portanto, não apenas recente, mas adquire em nossa época amplitude cada vez maior, fenômeno este produzido em escala mundial (ibid.). [tradução livre].

No que se refere à América Latina, embora o fenômeno da urbanização tenha a marca e as particularidades de cada lugar, podemos dizer que ele também guarda muitas semelhanças nos diversos territórios nacionais latino-americanos (SANTOS, 2010).

Assim, num esforço de ressaltar estas semelhanças do processo de urbanização nos países da América Latina, Santos (1986) aponta, de um modo geral, as seguintes características: o crescimento urbano acelerado; o caráter concentrador da urbanização e as macrocefalias urbanas (grande concentração populacional, econômica etc. em poucas cidades); a multiplicação das grandes cidades (muitas das quais com mais de 1 milhão de habitantes); o surgimento das chamadas megalópoles (cidades com mais de 10 milhões de habitantes); a produção, em grande medida, voltada para a exportação (sobretudo de produtos primários); as modernizações seletivas do território; grandes diferenças em relação à carga de informação de cada lugar; a proliferação e concentração da pobreza (sobretudo nas periferias); o desenvolvimento urbano pautado no modelo rodoviário, que conduz à formação de cidades espraiadas e ao surgimento dos vazios urbanos; forte especulação imobiliária; alocação de grandes volumes de recursos públicos em benefício das grandes empresas; precariedade e insuficiência de creches, escolas, hospitais públicos etc. nas periferias.

No que diz respeito ao território brasileiro, assistimos a uma acelerada urbanização durante o século XX, ainda que, após a 2ª Guerra Mundial, as taxas regionais tenham se distanciado consideravelmente, sendo a região Sudeste a mais urbanizada (SANTOS, 2005).

No final do século XIX, a população urbana brasileira era da ordem de 6,8% do total. A partir do século XX, esta taxa aumenta progressivamente; no período compreendido entre os anos 1920 e 1940 – início do processo de substituição de importações – a população urbana brasileira passa de 10,7% para 31,2% (OLIVEN, *apud* SANTOS, 2005, p.22).

Contudo, é entre os anos 1960 e 1970 – quando o meio técnico-científico emerge com grande vigor – que ocorre a inversão do lugar de moradia da população no território brasileiro; em 1970, cerca de 56% da população já era urbana (ibid.). De acordo com o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – (2019, p.01), em 2010 a taxa de urbanização brasileira era de 84,36%.

Vale destacar que o pós 2ª Guerra Mundial marca, também, não só no Brasil, mas em toda a América Latina, uma verdadeira revolução demográfica, com a queda das taxas de mortalidade e aumento das taxas de natalidade (ainda que esta última viesse a sofrer forte queda nas décadas seguintes).

Este momento marca ainda um forte processo de êxodo rural, em que uma grande massa de pessoas saiu do meio rural e, não encontrando trabalho e bons salários no meio urbano, acabou engrossando as periferias das grandes cidades (SANTOS, 1986).

Como apontado anteriormente, a emergência do meio técnico-científico-informacional levou a uma modernização seletiva do território, o que, no caso brasileiro, levou à conformação de uma região concentrada (SANTOS e RIBEIRO, 1979). De acordo com Santos (2005, p. 42-43), esta região compreende, grosso modo, "os estados do Sul (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul), além de São Paulo e Rio de Janeiro e parcelas consideráveis do Mato Grosso do Sul, Goiás e Espírito Santo". Trata-se do compartimento do território brasileiro onde o meio técnico-científico-informacional se apresenta de maneira mais contígua, diferentemente de outros lugares onde este meio se apresenta na forma de pontos ou manchas (ainda que em número cada vez maior).

Nas décadas posteriores à 2ª Guerra Mundial vai se consolidar também a fase do capital monopolista, em que poucas empresas dominam parcelas significativas de diversos setores da economia e passam a imprimir forte pressão sobre o poder público para que este responda aos seus anseios; este processo é revelador daquilo que Santos (2005) vai denominar de urbanização corporativa.

Para o autor, na urbanização corporativa, a maior parte dos recursos públicos é direcionada em benefício das grandes empresas, sendo o residual voltado aos anseios das pequenas empresas e da população em geral. Ainda segundo Santos (ibid.), as cidades são corporativas não apenas pelos benefícios que concedem às grandes empresas, mas também porque a cidade atual é marcada pela emergência de grupos mais ou menos organizados que lutam de maneira difusa por interesses específicos (classes de profissionais, associações de bairro etc.). Isso impediria a sociedade de enxergar a cidade enquanto uma totalidade, prevalecendo, desta maneira, interesses setoriais.

Finalmente, vale destacar que, neste contexto, o território brasileiro é "invadido" pelo capital transnacional, que traz consigo novas normas e padrões organizacionais, implicando em uma maior complexidade e racionalidade na organização e no uso do território.

Grandes Cidades e o Crescimento do Setor de Seguros e Resseguros

Dentre as características do processo de urbanização citadas acima, a questão da constituição de grandes cidades parece chamar a atenção das companhias de seguros e resseguros.

Entretanto, antes de avançarmos com esta questão, julgamos necessário apresentar algumas definições que competem a este setor. Para tanto, buscamos tais informações no Portal SUSEP (2020); assim, o *seguro* compreende um

> contrato mediante o qual uma pessoa denominada Segurador, se obriga, mediante o recebimento de um prêmio, a indenizar outra pessoa, denominada Segurado, do prejuízo resultante de riscos futuros, previstos no contrato (Circular SUSEP 354/07).

Assim, o *prêmio* se constitui na "importância paga pelo Segurado ou estipulante/proponente à Seguradora para que esta assuma o risco a que o Segurado está exposto (Circular SUSEP 306/05)". É preciso considerar, contudo, que muitas vezes o risco a ser assumido extrapola a capacidade de atuação de uma seguradora, assim, torna-se necessário a realização do *resseguro*, ou seja, a

> operação de transferência de riscos de uma cedente [Seguradora], com vistas a sua própria proteção, para um ou mais resseguradores, através de contratos automáticos ou facultativos (Resolução CNSP 168/07).

Conforme relatório apresentado pela Swiss Re (2019), o Brasil encontra-se na 16ª posição do ranking mundial de seguros (em emissão de prêmios). Abaixo, apresentamos um quadro comparativo (Quadro 01) entre o mercado brasileiro e os cinco principais mercados deste setor.

Quadro 01 – Volume Total de Prêmios – 2018

Classificação	**País**	**Prêmios Totais (em US$ milhões)**	**Participação no Mercado Mundial (%)**
1	Estados Unidos	1.469.375 *	28.29
2	China	574.877 +	11.07
3	Japão	440.648 *	8.49
4	Reino Unido	336.510 *	6.48
5	França	257.963 *	4.97
16	Brasil	72.840 **	1.40
Total Mundo		**5.193.225**	**100.00**

+ provisional * estimated ** estimated USD value assuming constant insurance penetration

Fonte: Swiss Re (2019[a], p.34; p.37); Swiss Re (2019[b], p.05) [adaptado]

Podemos evidenciar que, hoje, os Estados Unidos possuem a maior parcela do mercado mundial de seguros, com cerca de 28% do total, contudo, algumas projeções apontam que a China (hoje com 11%) deverá assumir a liderança deste mercado a partir dos anos 2030.

> Até 2029, a região Ásia-Pacífico será responsável por 42% dos prêmios globais – a previsão é de que a participação da China seja de 20%, e o país está em curso de se tornar o maior mercado de seguros em meados da década de 2030 (SWISS RE, 2019[b], p.01).

No que tange ao Brasil, em 2018, a composição dos mercados supervisionados pela SUSEP compreendia: 119 sociedades seguradoras, 15 entidades abertas de previdência complementar, 17 sociedades de capitalização, 133 resseguradoras, 52.188 corretores de seguro – pessoa física, 46.103 corretores de seguro – pessoa jurídica, 25 corretores de resseguro e 1 autorreguladora de corretores de seguro (SUSEP, 2019, p.03).

No quadro abaixo (Quadro 02), podemos observar as maiores companhias de seguros (ramos gerais), segundo o indicador "prêmios emitidos líquidos", que atuaram no território brasileiro no ano de 2018.

Quadro 02 – As 10 Maiores Seguradoras – Ramos Gerais – Brasil/2018

Classificação	Companhia	Sede	Prêmios Emitidos Líquidos (em R$ milhões)
1	Bradesco Seguros *	RJ	38.005,1
2	SulAmérica *	RJ	19.654,7
3	Porto Seguro	SP	15.271,3
4	Mapfre Seguros Gerais	SP	6.402,9
5	Caixa Seguros	DF	5.927,6
6	Tokio Marine	SP	5.154,9
7	Seguradora Lider-DPVAT	RJ	4.669,1
8	Zurich Minas Brasil	MG	3.697,0
9	Allianz do Brasil *	SP	3.622,7
10	Liberty Mundial *	SP	3.599,7
11	HDI Seguros	SP	3.424,6
12	Itaú Seguros	SP	3.347,3
13	Sompo Seguros	SP	2.937,3
14	Chubb Seguros	SP	2.444,1
15	Brasilveículos	SP	1.426,1

* Balanço Consolidado ou Combinado.

Fonte: Valor Econômico, 2019 (a), p.01 (adaptado)

Podemos notar que, das 15 maiores seguradoras, 10 possuem sede no estado de São Paulo, seguido por Rio de Janeiro (3), Minas Gerais (1) e Distrito Federal (1).

Já o Quadro 03, a seguir, traz informações sobre as maiores companhias de resseguros (também segundo o indicador "prêmios emitidos líquidos") que atuaram no território brasileiro no ano de 2018.

Quadro 03 – As 15 Maiores Companhias de Resseguros – Brasil/2018

Classificação	Companhia	Sede	Prêmios Emitidos Líquidos (em R$ milhões)
1	IRB-Brasil Re *	RJ	6.035,5
2	Munich Re do Brasil	SP	614,9
3	Swiss RE Brasil	SP	426,8
4	Austral Resseguradora	RJ	391,8
5	Allianz Global Resseguros	RJ	338,7
6	BTG Pactual Resseguradora	RJ	329,4
7	SCOR Brasil	RJ	317,3
8	Zurich Resseguradora	SP	292,4
9	Junto Resseguros [1]	PR	238,7
10	Chubb Resseguradora	SP	218,3
11	AXA Corporate	SP	217,5
12	Mapfre RE do Brasil	SP	184,0
13	Terra Brasis Resseguros	SP	146,5
14	AIG Resseguros Brasil	SP	96,1
15	Markel Resseguradora	RJ	76,7

* Balanço Consolidado. / [1]Atual denominação social de J. Malucelli Resseguradora S.A.

Fonte: Valor Econômico, 2019 (b), p.01 (adaptado)

Conforme os dados apresentados, das 15 maiores resseguradoras, 8 possuem sede no estado de São Paulo, seguido por Rio de Janeiro (6) e Paraná (1).

Voltando à relação entre o processo de urbanização e a atividade seguradora, nos chamou a atenção um estudo realizado pela Allianz (uma das maiores companhias de seguros e resseguros que atuam no território brasileiro); neste estudo, esta companhia buscou identificar a conformação de grandes cidades (aquelas com mais de 10 milhões de habitantes) nos próximos anos, situando a importância das seguradoras neste contexto.

Neste relatório da Allianz (2015), Axel Theis (membro do Conselho de Administração da Allianz SE.), ao discorrer sobre o processo de constituição de grandes cidades, aponta que

> as mudanças nas condições de vida criarão necessidades que nós, enquanto uma seguradora, teremos de solucionar. Com conhecimento vem a responsabilidade de agir, especialmente quando se trata de gerenciar riscos como catástrofes naturais ou mudanças climáticas, e proteger e investir em infraestrutura. [tradução livre].

Diante do exposto, e de modo mais específico, podemos apontar alguns exemplos de demandas voltadas às companhias de seguros e resseguros resultantes do processo de urbanização e constituição de grandes cidades.

Como dito anteriormente, uma das características mais marcantes da urbanização na América Latina remete à relação deste processo com o modelo rodoviário, resultando em cidades com

grande extensão territorial. Este modelo de desenvolvimento urbano (somado a outros elementos) impulsiona a compra de veículos particulares, que, por sua vez, demandarão seguros contra roubo e colisão (além do seguro obrigatório – DPVAT).

A esta questão, soma-se também o grande adensamento populacional destas cidades, que levará à construção de grandes equipamentos técnicos, tais como pontes, viadutos, grandes avenidas, linhas de metrô, grandes edifícios, sistemas de distribuição e coleta de água e esgoto etc.; a construção destes equipamentos resultará na contratação de apólices de seguros de riscos de engenharia, responsabilidade civil etc.

A precariedade na disponibilidade de equipamentos e serviços sociais levará parcelas da sociedade (com maior nível de renda) a buscarem alternativas no setor de seguros, como a contratação de seguro saúde, por exemplo.

O aumento na expectativa de vida de homens e mulheres no período 1940-2017 (de 42,9 para 72,5 e de 48,3 para 79,6 anos, respectivamente) [IBGE, 2018, p.01], as incertezas que costumeiramente pairam sobre a previdência social (INSS – Instituto Nacional do Seguro Social) e o elevado custo de vida (sobretudo nos grandes centros urbanos) também levam os grupos sociais com maior poder aquisitivo a contratarem planos de seguros de pessoas (VGBL – Vida Gerador de Benefícios Livres) e de previdência complementar (PGBL – Plano Gerador de Benefícios Livres); no Brasil, o mercado de Previdência Complementar Aberta é normatizado e fiscalizado pela SUSEP.

Também vale destacar que o aumento dos riscos e incertezas nas grandes cidades (embora isso não seja exclusividade destas) gera demanda por apólices de seguro contra roubo residencial e seguros de vida.

O processo de urbanização (e a expansão do meio técnico-científico-informacional) vai, ainda, implicar na construção de grandes sistemas de engenharia que extrapolam os limites da cidade; aqui, cabe destacar a construção de barragens, usinas, plataformas de petróleo, redes de transmissão de energia, telecomunicações etc., que resultarão na contratação de seguros diversos.

Podemos mencionar também a necessidade de contratações de seguros para a reparação de danos causados por desastres naturais. A CNseg – Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (2015, p.01) – com base nos dados do Annual Global Climate and Catastrophe Report, elaborado pela consultora de risco e corretora de seguros Aon Benfield – aponta que “as perdas econômicas globais geradas por catástrofes naturais em 2014 totalizaram US$ 132 bilhões [...]”; informa ainda que ocorreram “258

desastres naturais globais registrados em 2014 [...] causando uma perda segurada total de US$ 39 bilhões".

Contudo, reportagem do Jornal O Globo (2016) aponta que estes valores estão bem abaixo das estimativas realizadas pelo Banco Mundial em 2016, segundo o qual "as perdas causadas pelas catástrofes naturais chegam a US$ 520 bilhões todos os anos" (este cálculo considera não apenas os prejuízos materiais, mas também gastos com alimentação, saúde etc.).

Assim, diante da expansão do meio técnico-científico-informacional, de um processo de urbanização cada vez mais intenso e complexo e de inúmeras outras variáveis (riscos naturais, por exemplo), parece existir ainda uma enorme margem de crescimento para as companhias do setor de seguros e resseguros.

Os Circuitos da Economia Urbana e a Atividade Seguradora/Resseguradora

O território dos países periféricos é marcado por profundas diferenças no que diz respeito aos conteúdos técnicos e normativos, resultando em uma tensão permanente entre lugares e entre os diversos agentes que compõem a sociedade (cada qual com seus interesses).

Esta dinâmica de modernização seletiva (atrelada a interesses exógenos) leva, ainda, a profundas diferenças nos níveis de renda na sociedade (SANTOS, 2004), implicando brutalmente na capacidade de consumo dos diversos grupos sociais. Assim, como aponta Santos (ibid.), conformam-se dois circuitos da economia urbana, o circuito superior (com sua porção marginal) e o circuito inferior.

Grosso modo, os dois circuitos se diferenciam pelos níveis de capital, organização e tecnologia, sendo estas variáveis intensivas no circuito superior. Já o circuito inferior, se daria pela oposição, oferecendo produtos e serviços, sobretudo, à parcela mais pobre da população (SANTOS, 2004; SILVEIRA, 2009; MONTENEGRO, 2013). Além das características mencionadas acima, outras ajudam a diferenciar o circuito superior do circuito inferior, tais como: nível de emprego, estoques, preços etc. No que diz respeito ao circuito superior marginal, este "pode ser o resultado da sobrevivência de formas menos modernas de organização ou a resposta a uma demanda incapaz de suscitar atividades totalmente modernas" (SANTOS, 2004, p.103).

Torna-se importante destacar ainda que, sendo resultado deste processo de modernização seletiva que atinge os territórios dos países periféricos, os dois circuitos da economia se apresentam ora de forma concorrencial, ora de forma complementar ou interdependente.

Conforme aponta Arroyo (2008, p.01), a análise dos dois circuitos da economia é de fundamental importância, pois ajuda a compreender a cidade enquanto uma totalidade; assim, ao discorrer sobre as dinâmicas que marcam o cotidiano das cidades, expõe a autora que

> é preciso entendê-la como o lugar da produção e reprodução da vida social e como lugar da própria vida, compreendendo o homem em todas as dimensões da sua existência, para além do trabalho e do consumo. Ela permite, mais do que qualquer outro lugar, a coexistência dos diferentes, abrigando uma multiplicidade de redes, fluxos, conexões, projetos, representações e interações.

Embora o circuito superior esteja, a princípio, voltado para o consumo das classes mais abastadas, a necessidade de maximização dos lucros, aliada à ampliação do meio técnico-científico-informacional no território, tem feito com que os agentes hegemônicos busquem se projetar em áreas e segmentos tradicionalmente ocupados pelo circuito inferior, com o intuito de se apropriar de parte da renda da parcela mais pobre da população.

Isto é possibilitado, em grande medida, pela ampliação na oferta de crédito (cartão de crédito, crédito consignado, pagamento parcelado etc.), modernização das redes telemáticas (que permitiu maior disseminação das máquinas de cartão de crédito, maior agilidade na análise de risco de crédito etc.), bem como pelas novas formas de organização das empresas (como a criação de bandeiras mais populares por parte das grandes redes de varejo) [SILVEIRA, 2009, MONTENEGRO, 2013].

No que se refere às companhias de seguros e resseguros, podemos considerar estas como autênticas representantes do circuito superior da economia; mais do que isso, tais empresas, enquanto componentes do sistema financeiro, participam, cada vez mais, do funcionamento do território.

Parece existir um grande esforço dos agentes do setor para ampliar a participação da parcela mais pobre da sociedade na contratação de seguros; neste sentido, destaca-se o fomento dos chamados microsseguros.

Aqui, vale ressaltar a diferença entre o microsseguro e o chamado seguro popular. De acordo com a SUSEP (2017),

> no Brasil, o termo ‘seguro popular’ é usado para designar produtos massificados com importâncias seguradas e prêmios de pequeno valor. Mas, seguro popular não é o mesmo que microsseguro, uma vez que este está direcionado para as necessidades específicas das famílias de baixa renda, enquanto o seguro popular é para todos os tipos de consumidores e apenas significa seguro de pequenos valores.

Em pesquisa realizada pela Microinsurance Network (2015), em 2013, 94 seguradoras de 21 dos 32 países da América Latina e Caribe reportaram atividades em microsseguros. Foram contabilizados US$ 828 milhões em prêmios, mais de 200 produtos identificados e 46,8 milhões de segurados.

No Brasil, as seguradoras também têm buscado aumentar a oferta de microsseguros com o intuito de abarcar as classes C, D e (as parcelas mais pobres da sociedade).

Conforme informações dispostas no Portal Tudosobreseguros (2020, p.01) – em referência às normas do CNSP (Conselho Nacional de Seguros Privados) e SUSEP –, as principais características desta modalidade de seguro,

> [...] estão na linguagem simplificada dos bilhetes, em contaste [sic] com a terminologia pesada das apólices, e os baixos valores dos prêmios a serem pagos pelo consumidor e também das indenizações a serem desembolsadas pelas seguradoras [...].

Além disso, a matéria do Portal Tudosobreseguros ressalta o papel a ser desempenhado pelas redes telemáticas e novas tecnologias da informação (NTI) na expansão da oferta dos microsseguros no território brasileiro.

> Outra grande novidade introduzida pela norma é a possibilidade do uso de meios remotos – celulares, internet, entre outros – no processo de contratação de microsseguros, o que permite redução de custos, agilidade nos processos e novas possibilidades para a divulgação de informações (ibid.).

Os dados apresentados demonstram, mais uma vez, como o setor de seguros conforma fortes círculos de cooperação (transferência de ordens, capitais, informação) no território.

Contudo, se, por um lado, as companhias de seguros buscam (cada vez mais) abarcar a parcela mais pobre da população, por outro, são imprescindíveis na construção de grandes equipamentos técnicos no território, pois atuam com o objetivo de proteger o patrimônio, ressarcir prejuízos de terceiros ou cumprir uma exigência normativa.

Neste contexto, um sinistro que ficou bastante conhecido no território brasileiro e que envolveu diretamente diversas seguradoras e resseguradoras (nacionais e transnacionais), diz respeito ao acidente envolvendo a Plataforma P-36 da Petrobrás em 2001 (campo de Roncador – Bacia de Campos), no litoral do estado do Rio de Janeiro. Vale destacar que o *sinistro* corresponde à "ocorrência do risco coberto, durante o período de vigência do plano de seguro (Resolução CNSP 117/04)" [SUSEP, 2020].

O naufrágio da P-36 (Figura 01) representou, à época, o maior sinistro já ocorrido no Brasil e um dos maiores do mundo (GAZETA MERCANTIL, 2001).

Figura 01 - Plataforma P-36 (Petrobrás)



Fonte: www.noticias.r7.com

Conforme a reportagem do Jornal Gazeta Mercantil (ibid.),

> o processo de liquidação do seguro, coordenado pela corretora americana AON, envolveu a transferência de US$ 491.881.850,00 de 20 resseguradoras mundiais para a petroleira no exterior e ainda a quitação de outros US$ 4.868.150,00 das seguradoras brasileiras que assinam a apólice. Segurada em US$ 500 milhões, a P-36 tinha franquia de US$ 6,5 milhões.

A divisão dos valores acima mostra que, do total segurado (em torno de US$ 500 milhões), cerca de 99% foram ressegurados em companhias internacionais (JORNAL MONITOR DIGITAL, 2001, p.01).

Ainda de acordo com a reportagem do Jornal Gazeta Mercantil (2001), este acidente "influenciou negativamente a renovação do seguro da companhia [...]. A Petrobrás teve de pagar US$ 48,8 milhões para cobertura de US$ 20,9 bilhões de valor em risco em uma apólice com prazo de 14 meses". Este montante foi bastante superior ao valor pago anteriormente pelo mesmo contrato (US$ 7,5 milhões por 12 meses).

Considerações Finais

O aperfeiçoamento da técnica ao longo do tempo possibilitou ao homem ampliar, sobremaneira, sua escala de ação, transformando a natureza segundo suas necessidades. Neste processo, a Revolução Industrial, além de marcar um momento de maior apropriação da técnica pelo homem, pode ser considerada o início do fenômeno da urbanização em escala global (ainda que esta urbanização não tenha ocorrido da mesma forma e com a mesma intensidade em todos os lugares).

Desta forma, assistimos, desde os anos 1700 (d.C.), a um processo de transformação do território cada vez mais acelerado, onde as relações socioespaciais se tornam cada vez mais complexas. Aqui, vale destacar, uma das características do período atual é o elevado nível de riscos e incertezas que cerca a sociedade em vários aspectos.

Neste contexto, de grande complexidade nas relações sociais e espaciais e de crescente poder das finanças, a atividade seguradora/resseguradora ganha cada vez mais destaque, estando presente em todas as esferas da sociedade. Assim, as companhias deste setor buscam abarcar desde as parcelas mais pobres da população até os capitais hegemônicos, com o intuito de proteger pessoas e patrimônios, mas, também, de acumular capital e aumentar sua participação no mercado.

Finalmente, vale dizer que a dinâmica relacionada à atuação das companhias de seguros/resseguros contribui com a expansão do meio técnico-científico-informacional, possibilitando, assim, novas ações e novos usos do território no período atual.

Referências

ALLIANZ. **The megacity state**: The world's biggest cities shaping our future. 11/2015. Disponível em: https://www.allianz.com/v_1448643898000/media/press/document/Allianz_Risk_Pulse_Megacities_20151130-EN.pdf . Acesso em: 01/2017.

ARROYO, M. M. A Economia Invisível dos Pequenos. **Le Monde Diplomatique Brasil**. 10/2008. Disponível em : https://diplomatique.org.br/a-economia-invisivel-dos-pequenos/ .

BENEVOLO, L. **História da Cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

CNSEG. **258 desastres naturais globais em 2014 causando perdas seguradas de US$ 39 bi**. 2015. Disponível em: http://sustentabilidade.cnseg.org.br/?p=3885 . Acesso em 10/01/2017.

FRIEDMANN, G. **Sete Estudos sobre o Homem e a Técnica**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

GAZETA MERCANTIL. **Petrobrás recebe seguro da P-36**. 2001. Disponível em: http://infoener.iee.usp.br/infoener/hemeroteca/imagens/52961.htm . Acesso em 03/04/2015.

IBGE. **Expectativa de vida do brasileiro sobe para 76 anos**; mortalidade infantil cai. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23206-expectativa-de-vida-do-brasileiro-sobe-para-76-anos-mortalidade-infantil-cai . 11/2018. Acesso em: 25/02/2019.

_____ **Séries Históricas e Estatísticas**. Disponível em: https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP122 . Acesso em 02/2019.

JORNAL MONITOR DIGITAL. **P-36**: 99% do seguro estavam no exterior. 2001. Disponível em: http://monitordigital.com.br/p36-99-do-seguro-estavam-no-exterior . Acesso em 02/01/2017.

MICROINSURANCE NETWORK. **El Panorama de los Microseguros en América Latina y el Caribe**. Un mercado cambiante. 2015. Disponível em: http://www.microinsurancecentre.org/resources/documents/el-panorama-de-los-microseguros-en-america-latina-y-el-caribe-un-mercado-cambiante.html . Acesso em: 09/01/2017.

MONTENEGRO, M. R. Reflexões para uma teoria da localização da economia popular nas metrópoles brasileiras. **Boletim Campineiro de Geografia**, v.3, n.1, 2013.

O GLOBO. **Desastres naturais causam perdas de US$ 520 bi**. 2016. Disponível em: http://oglobo.globo.com/sociedade/desastres-naturais-causam-perdas-de-us-520-bi-por-ano-20465712 . Acesso em 10/01/2017.

ORTEGA Y GASSET, J. **Meditacion de la Tecnica y Otros Ensayos sobre Ciencia y Filosofia**. Madrid: Alianza Editorial, 1982.

SANTOS, M. **Geografía y Economía Urbana em los Países Subdesarrollados**. Barcelona, 1973.

_____ América Latina: nova urbanização, novo planejamento. **Revista Orientação**. N.7 – Departamento de Geografia – USP – 1986.

_____ **A natureza do espaço**: técnica e tempo – razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

_____ **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2004.

_____ **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Edusp, 2005.

_____ **Ensaios sobre a Urbanização Latino-Americana**. São Paulo: Edusp, 2010.

SANTOS, M.; RIBEIRO, A. C. T. **O conceito de Região Concentrada**. Rio de Janeiro: UFRJ, IPPUR e Departamento de Geografia, 1979. mimeo.

SILVEIRA, M. L. Finanças, Consumo e Circuitos da Economia Urbana na Cidade de São Paulo. **Caderno CRH**, Salvador, v.22, n.55, p. 65-76, jan./abr. 2009.

SUSEP. M**icrosseguro X Seguro Popular**. 2017. Disponível em: http://www.susep.gov.br/menu/informacoes-ao-publico/microsseguros-1#3._seguro_popular . Acesso em 09/01/2017.

_____ **7º Relatório de Análise e acompanhamento dos Mercados Supervisionados**. 2019. Disponível em: http://www.susep.gov.br/menuestatistica/SES/Relat_Acomp_Mercado_2019.pdf . Acesso em: 23/07/2020.

_____ **Glossário**. 2020. Disponível em: http://www2.susep.gov.br/bibliotecaweb/glossario.aspx . Acesso em 24/07/2020.

SWISS RE INSTITUT (a). **World Insurance:** the great pivot east continues. 2019. Disponível em: https://www.swissre.com/dam/jcr:b8010432-3697-4a97-ad8b-6cb6c0aece33/sigma3_2019_en.pdf . Acesso em: 24/07/2020.

_____ (b). **Comunicado à Imprensa**. 2019. Disponível em: https://www.swissre.com/dam/jcr:cf32af5a-db9f-4f99-b8e2-27270ea2c468/nr-20190704-sigma-3-2019-pt.pdf . Acesso em: 24/07/2020.

TUDO SOBRE SEGUROS. **O Microsseguro está crescendo**. 2020. Disponível em: https://www.tudosobreseguros.org.br/o-microsseguro-esta-crescendo/ . Acesso em 27/07/2020.

VALOR ECONÔMICO (a). **As 50 maiores seguradoras – ramos gerais**. 2019. Disponível em: https://www.valor.com.br/valor1000/2019/ranking50maioresseguradoras# . Acesso em: 22/07/2020.

_____ (b). **As maiores companhias de resseguros**. 2019. Disponível em: https://www.valor.com.br/valor1000/2019/rankingmaioresresseguros . Acesso em: 22/07/2020.